

ARTIGO



**A REGIÃO DO SAHEL E SUA VULNERABILIDADE AMBIENTAL:
DISPUTAS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOPOLÍTICOS**

***THE SAHEL REGION AND ITS ENVIRONMENTAL VULNERABILITY:
TERRITORIAL DISPUTES AND SOCIO-POLITICAL CONFLICTS***

***LA REGIÓN DEL SAHEL Y SU VULNERABILIDAD AMBIENTAL: DISPUTAS
TERRITORIALES Y CONFLICTOS SOCIOPOLÍTICOS***

Por Vivian Santos da Silva

25

Vivian Santos da Silva

Geógrafa, Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África subsaariana – GeoÁfrica
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4160-4145>
E-mail: vsgeoufrj@gmail.com

Submetido: 12/09/2025

Aceite: 14/11/2025

Como citar

SILVA, Vivian Santos da. A região do Sahel e sua vulnerabilidade ambiental: disputas territoriais e conflitos sociopolíticos. **Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 13, p. 25-43, jul.-dez. 2025



RESUMO

O presente artigo almeja analisar a relação sistêmica entre a vulnerabilidade ambiental do Sahel africano, seu contexto de subdesenvolvimento e instabilidade político-econômica, e a presença de crises de insegurança alimentar e hídrica, que, associadas a outras variáveis geográficas (fronteiras fluídas, países encravados etc.), criam um ambiente propenso a novos desequilíbrios regionais. Atualmente, o Sahel é reconhecido como uma área cinzenta, com inúmeros focos de conflitos, que abrangem diversas motivações e múltiplas escalas. Esse contexto de nebulosidade geopolítica está intimamente associado aos impactos ecológicos da maior restrição hídrica na região. Nas últimas décadas, mudanças demográficas, urbanização e intensificação das secas são fatores que, assim como as mudanças climáticas (em nível global), resultaram no processo de desertificação. É necessário entender como esse fenômeno, com potencial para drásticas alterações socioambientais, por sua vez, contribui para o cenário de descontrolo territorial, conflitos por recursos, crise ecológica, humanitária e de refugiados.

Palavras-chave: Sahel; Desertificação; Conflitos; Insegurança alimentar; Insegurança hídrica.

ABSTRACT

This article aims to analyze the systemic relationship between the environmental vulnerability of the African Sahel, its context of underdevelopment and political-economic instability and the presence of food and water insecurity crises, which associated with other geographical variables (fluid borders, landlocked countries etc.) created an environment tolerant of new regional ecosystems. Currently, the Sahel is recognized as a gray area, with multiple outbreaks of conflicts, which cover different motivations and multiple scales. This context of geopolitical cloudiness is closely associated with the ecological impacts of the greatest water restriction in the region. In recent decades, demographic changes, urbanization and the intensification of droughts are factors that, as well as climate change (global level), have resulted in the process of desertification. It is necessary to understand how this phenomenon, with the potential for drastic socio-environmental changes, in turn, contributes to the scenario of lack of territorial control, conflicts over resources, ecological, humanitarian and refugee crises.

Keywords: Sahel; Desertification; Conflicts; Food insecurity; Water insecurity.

RESUMEN

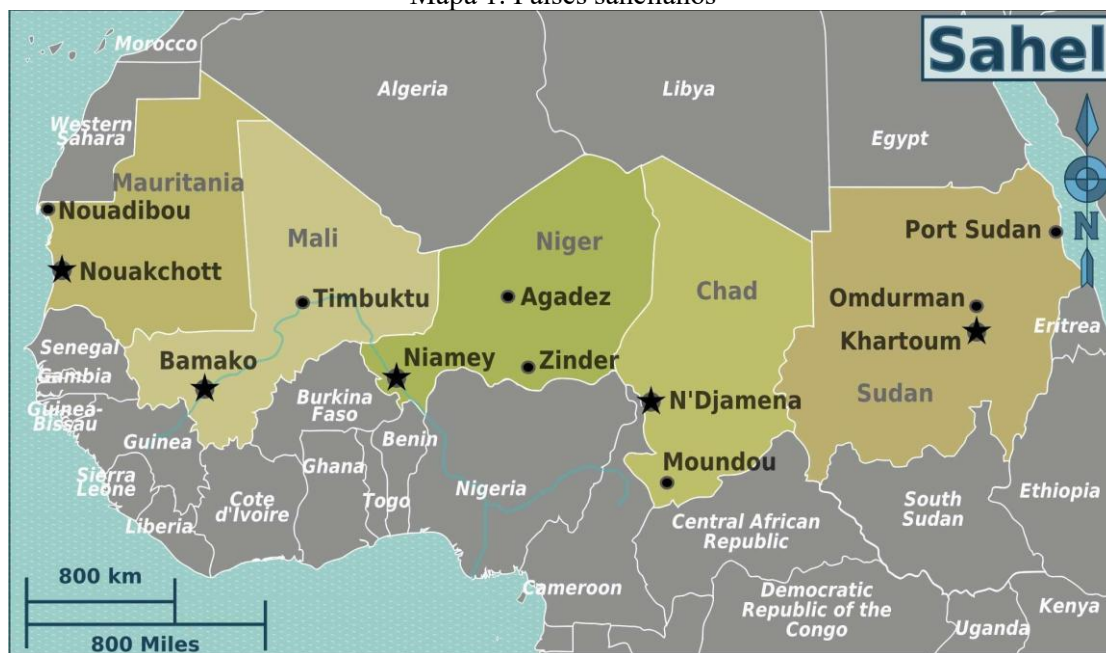
Este artículo tiene como objetivo analizar la relación sistémica entre la vulnerabilidad ambiental del Sahel africano, su contexto de subdesarrollo e inestabilidad político-económica y la presencia de crisis de inseguridad alimentaria e hídrica, que se asocia a otras variables geográficas (fronteras fluidas, países sin litoral, etc.) crean un entorno propenso a nuevos desequilibrios regionales. Actualmente, el Sahel es reconocido como una zona gris, con numerosos estallidos de conflictos, que abarcan distintas motivaciones y múltiples escalas. Este contexto de nebulosidad geopolítica está íntimamente asociado a los impactos ecológicos de la mayor restricción hídrica en la región. En las últimas décadas, los cambios demográficos, la urbanización y la intensificación de las sequías, son factores que, al igual que el cambio climático (a nivel global), dieron como resultado el proceso de desertificación. Es necesario comprender cómo este fenómeno, con el potencial de cambios socioambientales drásticos, a su vez, contribuye al escenario de descontrol territorial, conflictos por los recursos, crisis ecológica, humanitaria y de refugiados.

Palabras clave: Sahel; desertificación; Conflictos; inseguridad alimentaria; Inseguridad del agua.

INTRODUÇÃO

O Sahel, palavra que significa “costa” ou “fronteira” em árabe, abarca latitudinalmente o continente africano de leste a oeste, abrangendo dez países: Senegal, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger, Nigéria, Chade, Sudão do Sul, Sudão do Norte e Eritreia. As dinâmicas territoriais e de circulação desses países são bastante específicas, em especial nos casos de Mali, Chade e Níger, que são países encravados. A singularidade regional saheliana é um fator central para a constituição social, cultural, econômica e política de cada uma dessas nações.

Mapa 1. Países sahelianos



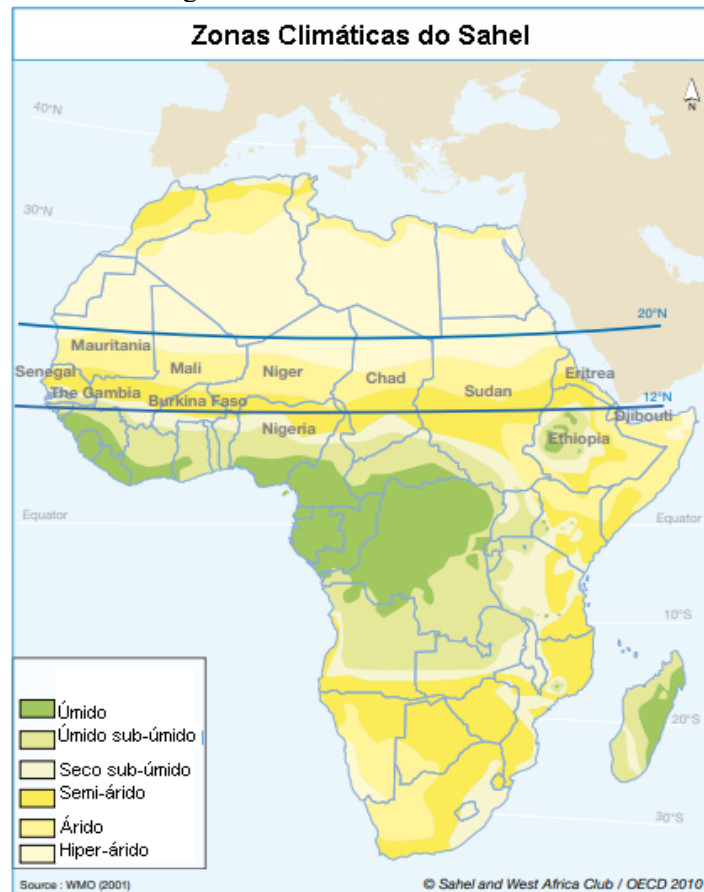
Fonte: Oliveira (2019), Disponível em: <<https://www.jornaltornado.pt/e-ainda-o-sahel-e-os-interesses-da-franca-e-da-europa/>>

As fronteiras no Saara e no Sahel resultam de um processo histórico relativamente recente, marcado pela divisão territorial de uma faixa fronteiriça de quase 5.500 km de extensão, estabelecida sobretudo durante a partilha colonial da África, desconsiderando dinâmicas sociais, culturais e ambientais pré-existentes. Por essa razão, tais fronteiras nunca conseguiram, de fato, impedir, controlar ou gerir plenamente a mobilidade humana e o comércio clandestino.

A aridez climática constitui um elemento central na organização do espaço regional da África Ocidental. O gradiente de precipitação, que varia entre 200 e 300 mm anuais, apresenta um padrão zonal que deu origem a uma área de transição ecoclimática e biogeográfica entre o deserto árido do Saara e as savanas semiáridas do Sudão (Danjibo, 2013:18). A região

fitogeográfica é dominada por vegetação de estepes, conformando um ambiente considerado ainda hostil à ocupação humana.

Cartograma 1. Zonas Climáticas do Sahel



Fonte: OECD (2010). Adaptação própria (2020).

Considerando o quadro geofísico regional, fortemente influenciado pelos baixos índices de precipitação e pela limitada disponibilidade de recursos hídricos, a faixa de transição saheliana configura-se também como um espaço historicamente marcado por tensões entre pastores nômades e agricultores sedentários. Em especial nos períodos de seca, esses grupos passam a competir de forma mais intensa por recursos hídricos escassos. Já as estações chuvosas, ao proporcionarem maior oferta de água e maior fertilidade do solo, tendem a reduzir significativamente esses conflitos.

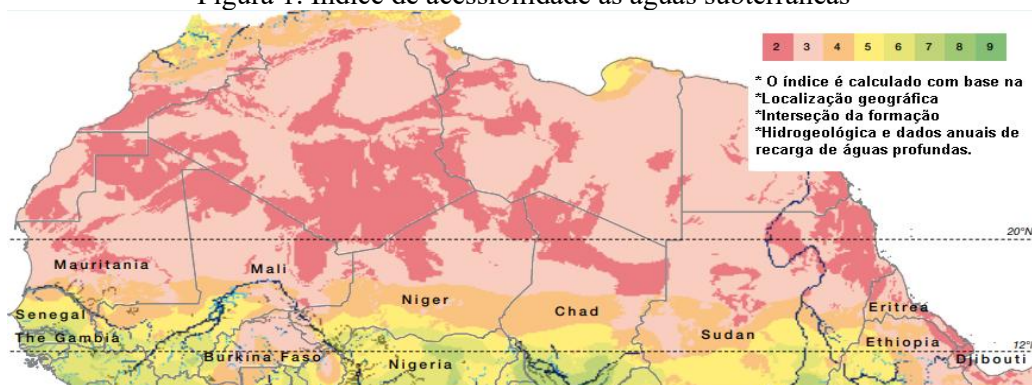
O SAHEL E A ESCASSEZ DE RECURSOS HÍDRICOS

Ao longo da história, os reinos sahelianos, especialmente Gana e Mali, construíram sua prosperidade a partir do comércio transaariano. Durante séculos, a transumância constituiu um elemento socioespacial fundamental, tanto por garantir a sobrevivência das populações locais,



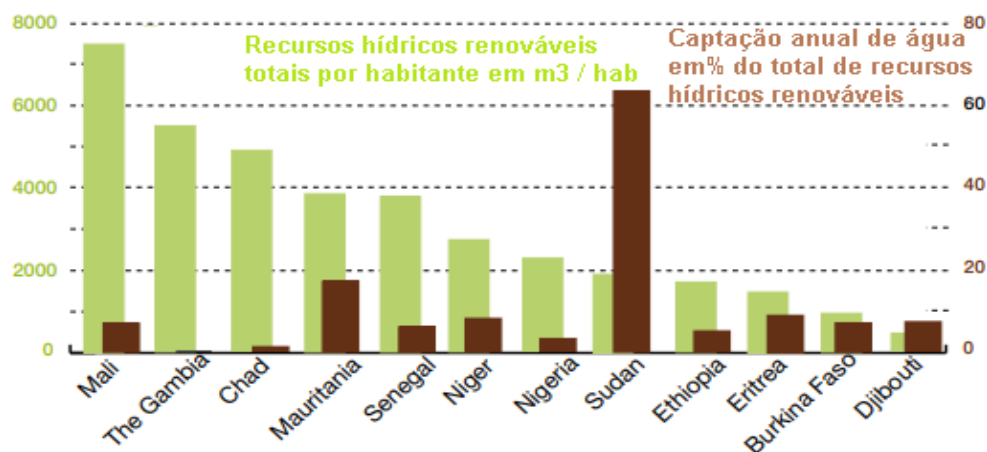
mediante o acesso a recursos básicos, sobretudo a água, quanto por assegurar a continuidade da atividade pastoril. Além disso, esse movimento sazonal era essencial para a circulação e distribuição de mercadorias na região. Grupos de comerciantes e transportadores, em particular os tuaregues, percorriam longas distâncias para escoar seus produtos, permanecendo por extensos períodos afastados de suas áreas de origem. Na atualidade, as rotas históricas de transumância e comércio, hoje comprimidas pelas fronteiras nacionais impostas pela colonização, passaram a ser utilizadas por redes de tráfico e contrabando que cruzam ilegalmente esses limites territoriais. Esse processo contribui para que o Sahel seja frequentemente caracterizado como uma região de difícil controle, marcada por intensas ondas de violência e pela incapacidade dos Estados em conter fluxos transfronteiriços ilícitos, como drogas, armas e pessoas (Silva, 2023). Em países como Mali, Burkina Faso e Níger, as tensões entre pecuaristas e agricultores sedentários tornaram-se progressivamente mais agudas, impulsionadas pela crescente competição por terra e água em um contexto de mudanças climáticas. Como evidenciam o mapa e o gráfico apresentados a seguir, a acessibilidade às águas subterrâneas no Sahel tem se reduzido de forma significativa, sendo mais crítica justamente nas áreas mais vulneráveis a secas crônicas (Silva, 2023; Monié, 2022).

Figura 1. Índice de acessibilidade às águas subterrâneas



Fonte: Sources: OECD/SWAC, 2009. Adaptação própria, 2019.

Gráfico 1. Recursos Hídricos Renováveis totais e retirada anual por habitante



Fonte: FAO, 2005. Adaptação própria, 2019.

O sistema sociocultural saheliano é moldado por uma relação singular entre sociedade e ambiente, marcada por transformações contínuas. A disputa por recursos naturais sempre intensificou conflitos entre Estados, populações locais e diferentes grupos sociais (Galito, 2013). A combinação entre rápido crescimento populacional, baixa incorporação de tecnologias agrícolas e práticas de sobrepastoreio tem contribuído para a degradação progressiva dos solos no Sahel (Ayatunde *et al.*, 2000; Mortimore; Turner, 2005; Tschakert, 2007).

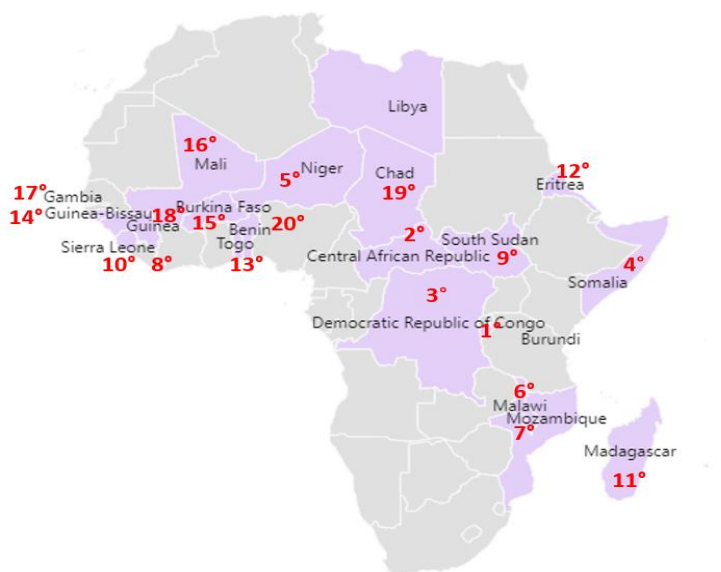
A urbanização acelerada, fenômeno que já gera inúmeros desafios em diversas partes do mundo, seja pela ausência de planejamento socioespacial, seja pela incapacidade da infraestrutura urbana de acompanhar o ritmo de expansão, assume contornos ainda mais preocupantes no Sahel. Em uma região historicamente instável, a crescente concentração populacional tende a agravar desequilíbrios físicos e políticos, sobretudo diante da maior



pressão sobre recursos escassos, como água e terras férteis (Monié, 2023). Embora a África permaneça, atualmente, o continente menos urbanizado do Mundo, a transição urbana é evidente. Segundo a base de dados digital de *Africapolis*, o número de aglomerações urbanas passou de 152 em 1950 para cerca 3500 (estimativa) em 2024. Hoje, vilas e cidades já concentram aproximadamente a metade da população regional. Ainda assim, países como o Níger, onde apenas 18% da população vive em áreas urbanas, figuram entre os menos urbanizados do mundo.

As projeções demográficas da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que a população mundial poderá alcançar 9,687 bilhões de pessoas em 2050. Para a África Subsaariana, estima-se que a população, que era de aproximadamente 1,152 bilhão em 2022, chegue a cerca de 2,094 bilhões em 2050. Dados de 2024 da United Nations Economic Commission for Africa (UNECA) apontam que a população africana já ultrapassou 1,5 bilhão de habitantes. Esses números reforçam o papel central que o continente desempenhará no crescimento demográfico global nas próximas décadas, sendo responsável por parcela significativa da expansão populacional prevista até meados do século. Esse crescimento populacional impõe desafios ambientais, econômicos e sociais de grande magnitude. Em contextos marcados por insegurança alimentar e competição por recursos básicos, a expansão demográfica tende a intensificar crises sistêmicas já existentes. Em 2022 cerca de 445 milhões de africanos viviam com menos de 1,90 dólar por dia, aproximadamente 34% da população total. O Banco Mundial estima que a pandemia de Covid-19 tenha acrescentado outros 30 milhões de pessoas à condição de extrema pobreza (BM, 2019). Na África Subsaariana, diversos países do Sahel permanecem entre as economias mais vulneráveis do mundo. Segundo o mais recente Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (2024), Níger, Chade, Burkina Faso e Mali apresentam alguns dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do planeta. *Rankings* baseados no PIB per capita ajustado pelo poder de compra (PPC) também colocam o Níger entre os países mais pobres da África, acompanhado de Burkina Faso, Mali e Chade, que figuram repetidamente entre os menos desenvolvidos do continente.

Cartograma 2. Os 20 países mais pobres da África em 2022



Fonte: <https://www.mappr.co/thematic-maps/africa-poorest-countries/>. Adaptação: Autora, 2022.

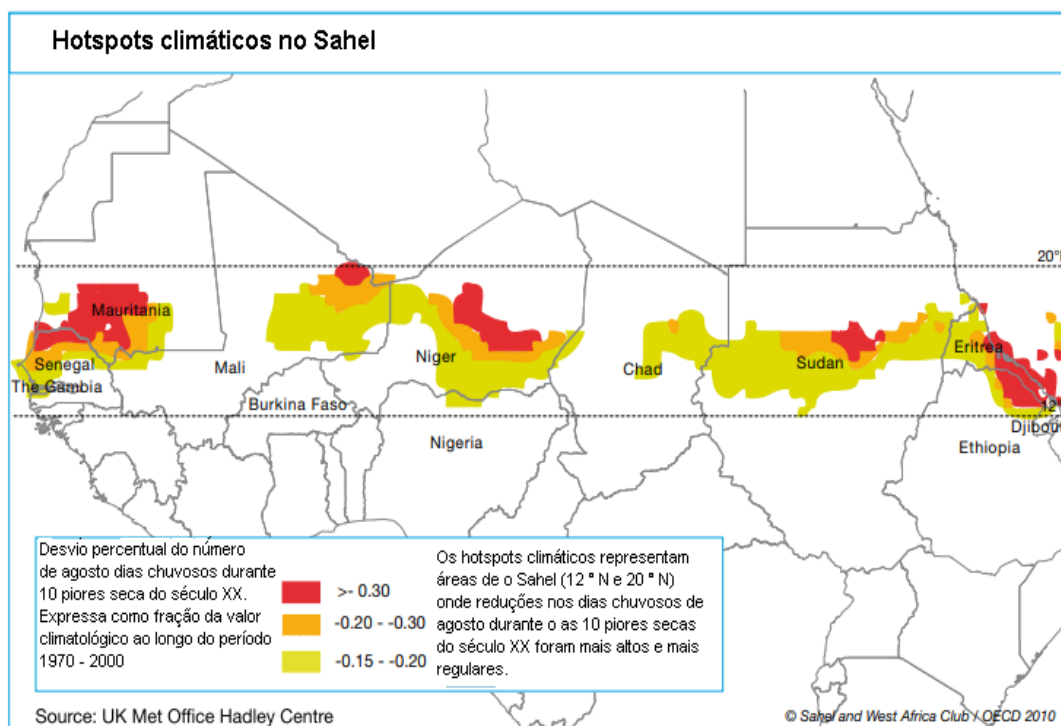
CRISES HÍDRICAS E O AUMENTO DAS TENSÕES E CONFLITOS NO SAHEL

Conforme mencionado anteriormente, o Sahel é uma região de clima semiárido, marcada por elevada vulnerabilidade ambiental. Para Gallopin (2006), a vulnerabilidade corresponde à suscetibilidade de um sistema a sofrer danos potenciais ou transformações quando exposto a perturbações ou pressões ambientais. Trata-se, portanto, não de uma medida de dano efetivo, mas da capacidade de um ambiente ser afetado negativamente sob determinadas condições. Regiões semiáridas, como o Sahel, apresentam níveis particularmente altos de vulnerabilidade: as precipitações são escassas, irregulares e imprevisíveis; as amplitudes térmicas são intensas e constantes; e os solos tendem a ser pobres em matéria orgânica, água, fauna e flora, esta última adaptada a condições extremas, como resistência à seca, tolerância à salinidade e resiliência ao calor (UNCCD, 2012). Solos degradados e de baixa fertilidade representam cerca de 34% das terras disponíveis na região, contribuindo significativamente para a insegurança alimentar, sobretudo entre pequenos agricultores (UNCCD, 2014).

O Sahel tem enfrentado longos períodos de seca, como entre 1968 e 1974, acompanhados de fome e pobreza generalizadas. Segundo a UNMULTIMEDIA (2016), a quantidade de água disponível por habitante diminuiu 40% nas últimas duas décadas. O crescimento populacional, somado ao prolongamento dos períodos de estiagem, tem

intensificado o processo de desertificação, caracterizado pelo avanço do deserto do Saara sobre as terras sahelianas. De acordo com a OCDE (2014), existem três áreas particularmente sensíveis à desertificação, onde as secas crônicas foram mais severas e duradouras: a primeira situa-se na porção mais ocidental da região, entre Senegal e Mauritânia; a segunda estende-se entre Mali e Níger; e a terceira abrange o leste da Etiópia e o Sudão. Das dez piores secas registradas no mundo desde 1970, cinco ocorreram simultaneamente no Sahel oriental e ocidental, desencadeando uma crise ecológica sem precedentes (OCDE, 2014)

Ilustração 1. Áreas mais suscetíveis a desertificação no Sahel



Fonte: OECD, 2010. Adaptação própria, 2019.

A crise ecológica pode ser entendida como um fenômeno que articula processos econômicos, sociais e naturais, ou induzidos, afetando o equilíbrio do solo, da vegetação e dos recursos hídricos, bem como a qualidade de vida das populações que habitam áreas vulneráveis às condições edáficas e/ou climáticas (Ferreira, 1994; Monié, 2022). Segundo a ONU (1994), a desertificação corresponde à “degradação da terra nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas” (ONU, 1994, p. 4). Essa definição aproxima-se da abordagem pioneira de Aubreville (1949), que analisou áreas da África tropical degradadas pela exploração intensiva dos recursos naturais e pela falta de compreensão de que, em ambientes semiáridos, a degradação ambiental



constitui um processo destrutivo e, muitas vezes, irreversível. O autor, assim, vinculou diretamente a desertificação à ação antrópica. Sampaio *et al.* (2005), por sua vez, destacam a complexidade inerente à análise da desertificação, observando que:

“(...) dos fatores que originam a desertificação, sabe-se que são múltiplos, complexos, entrelaçados, com inúmeros mecanismos de retroalimentação, tornando sua análise extremamente difícil”. A maior dificuldade é que a maioria deles está presente em todas as áreas sujeitas à desertificação. (...) E eles variam no espaço e no tempo. Os fatores extrapolam o âmbito agrícola e estendem-se para atividades econômicas e sociais, por vezes, originando-se em áreas muito distantes daquelas onde a desertificação está ocorrendo. (SAMPAIO *et al.*, 2005, p. 61-62).

Essa definição é particularmente pertinente a esta análise, pois entendemos que, de forma sistêmica, a desertificação no Sahel integra um mecanismo complexo e interdependente de crises. O fenômeno ultrapassa os fatores ambientais que tornam uma área suscetível à degradação, alcançando dimensões econômicas e sociais (Guambe, Monié, 2023). A noção de um sistema retroalimentado se sustenta no fato de que pobreza e insegurança alimentar podem ser simultaneamente causas e consequências da desertificação (PAN-BRASIL, 2004). Matallo (2001) enfatiza que o processo de desertificação exige a análise de múltiplos componentes: a) degradação dos solos; b) degradação da vegetação; c) degradação dos recursos hídricos; e d) redução da qualidade de vida da população. Esses elementos envolvem quatro grandes áreas do conhecimento, física, biológica, hídrica e socioeconômica (Matallo, 2001, p. 24). Embora o termo “desertificação” derive de “deserto”, Saadi (2000) alerta que não devem ser confundidos: o deserto refere-se a um tipo climático, enquanto a desertificação corresponde a um desequilíbrio ambiental. Nesse sentido, o Sahel se destaca como uma região onde a chuva é escassa e irregular; em ambientes áridos, a baixa disponibilidade hídrica é esperada, mas sua persistência prolongada desencadeia catástrofes humanitárias e intensifica disputas por água. No livro *Resource Wars – The New Landscape of Global Conflict* (2002), Klare analisa a relação intrínseca entre conflitos territoriais e escassez hídrica em diversas regiões do mundo. O autor destaca que disputas por água acompanham a história humana há séculos. Ramonet (2002) acrescenta que a escassez de recursos hídricos tende a acirrar tensões sociais e econômicas capazes de evoluir para conflitos armados. Assim, a limitação de recursos essenciais intensifica disputas por acesso e controle territorial, uma vez que a localização desses recursos se torna ponto estratégico para múltiplos atores.

No Sahel, os conflitos territoriais envolvem Estados, grupos populacionais (nômades, comunidades étnicas, refugiados) e até organizações terroristas ou redes criminosas, que frequentemente disputam recursos escassos. Segundo Hare *et al.* (1992), a seca de 1973 atingiu



um ápice que provocou a morte de pessoas e animais, além de gerar um grande fluxo de refugiados. Eventos dessa natureza, ao restringirem ainda mais um recurso já escasso, tornam-se novos gatilhos para conflitos entre grupos populacionais. A seca deixou um rastro de destruição que afetou a sociedade, o meio ambiente e a economia, agravando sobretudo a insegurança alimentar, fator que contribuiu diretamente para o aumento da instabilidade geopolítica regional.

Embora conflitos não sejam exclusividade do Sahel, a pobreza sistêmica que afeta parte significativa de sua população amplifica seus impactos e dificulta soluções duradouras. De acordo com o relatório mais recente da Food and Agriculture Organization (FAO) e de outras agências da ONU, cerca de 733 milhões de pessoas enfrentaram fome em 2023, o equivalente a 1 em cada 11 pessoas no mundo, e 1 em cada 5 na África. O *Global Report on Food Crises* (GRFC) de 2025 indica que mais de 295 milhões de pessoas em 53 países sofreram níveis agudos de insegurança alimentar em 2024, o maior número já registrado.

Diante desse cenário, populações vivendo em condições extremamente precarizadas enfrentam desafios quase intransponíveis em meio a crises políticas e conflitos territoriais. No Sahel, a migração forçada torna-se uma das poucas alternativas de sobrevivência. Contudo, essa saída não resolve os conflitos de origem e ainda gera novas tensões territoriais, além de pressionar países vizinhos que se tornam destino dos fluxos de refugiados. Esses dados recentes evidenciam a gravidade da insegurança alimentar global, especialmente em regiões vulneráveis onde conflitos, crises econômicas, desastres ambientais e deslocamentos forçados comprometem profundamente o acesso a alimentos. O documento *World at War* (ACNUR, 2015) descreve a chamada “crise de refugiados” como uma situação alarmante, que impõe novos desafios aos direitos humanos e aos sistemas socioeconômicos e ambientais dos países receptores. Esses Estados enfrentam pressões demográficas adicionais que podem gerar desequilíbrios locais. No contexto da desertificação no Sahel, um dos desequilíbrios mais evidentes é o fluxo descontrolado de deslocados e refugiados, decorrente de conflitos e crises humanitárias e ecológicas. Se, mesmo em países desenvolvidos, a gestão de refugiados já provoca tensões econômicas, sociais, políticas, culturais e espaciais, o impacto é ainda mais profundo em países pobres ou instáveis, onde a chegada de novos deslocados pressiona sistemas que já operam no limite. Nessas regiões, a escassez de recursos, a fragilidade institucional e a insuficiência de infraestrutura dificultam a oferta de abrigo, alimentação, segurança e inclusão social. Assim, os fluxos de refugiados não apenas revelam desigualdades históricas, mas também intensificam tensões territoriais e vulnerabilidades preexistentes, como



ocorre de forma recorrente no Sahel e em outras zonas de conflito do continente africano (Guambe, Monié, 2023). Oferecer abrigo a um grande número de pessoas exige espaço físico, planejamento e investimentos substanciais. Em países subdesenvolvidos, onde o espaço físico é apenas um dos inúmeros desafios, essas dificuldades se ampliam de forma exponencial. Nesse contexto, o continente africano concentra hoje o maior volume de refugiados e deslocados do mundo.

A INSTABILIDADE GEOPOLÍTICA E ECONÔMICA DO SAHEL E SUA INCAPACIDADE DE RESPOSTA À CRISE ECOLÓGICA

Ao observar a situação dos países do Sahel pouco após o início do conflito no Mali, em 2012, as projeções de segurança alimentar para o primeiro trimestre já eram extremamente preocupantes. Os dados indicavam que Burkina Faso e Mali poderiam enfrentar uma deterioração ainda maior, sobretudo devido à baixa produção de pastagens, que comprometeria diretamente a subsistência das populações pastorais. Essa tendência pode ser visualizada na tabela a seguir.



Tabela 1. Indicadores socioeconômicos e populacionais — países do Sahel central

Indicador	Burkina Faso	Mali	Níger	Chade
População total (≈)	~24,2 milhões (2025)	~25,5 milhões (2025)	~28,0 milhões (2025)	~17–18 milhões (estimativa, 2024)
Densidade (hab/km²)	~86 (2024)	Dados específicos não disponíveis (estimado <20)	Dados específicos não disponíveis (alto crescimento populacional)	Dados específicos não disponíveis
População urbana (%)	~28% (2024)	~47% (2024)	~17% (2024)	Dados específicos não disponíveis
População rural (%)	~72% (estimado)	~53% (estimado)	~83% (estimado)	Dados específicos não disponíveis
PIB (US\$ correntes)	~23,1 bilhões (2024)	~26,6 bilhões (2024)	~19,5–19,7 bilhões (2024)	~20,6 bilhões (2024)
Agricultura no PIB (%)	~23% (2024)	Dados específicos não disponíveis	~40% (aproximado)	Dados específicos não disponíveis

Fontes: World Bank / Banco Mundial, PopulationTODAY e estimativas recentes de 2024–2025 (2024–2025).

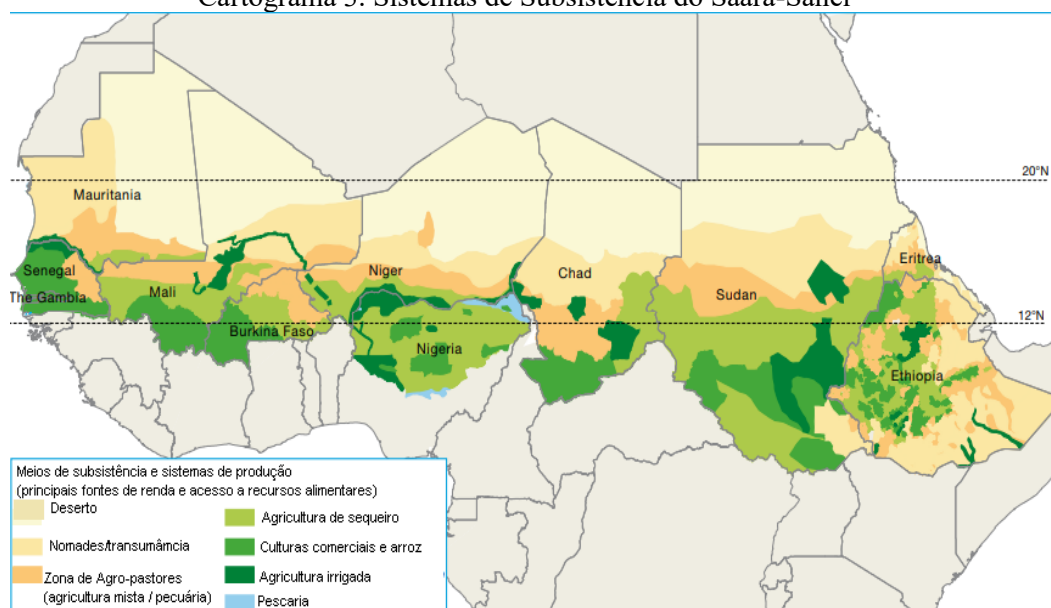
Para Sampaio (2005, p.103):

“...as consequências ambientais da degradação do solo são bastante graves por si próprias, mas seu aspecto mais danoso é na redução da capacidade de produção das terras, principalmente, quando esta redução é irreversível”.

A desigualdade social ajuda a explicar por que os impactos da desertificação se manifestam de maneira distinta entre diferentes grupos. A ausência de investimentos inviabiliza a produção agrícola em condições climáticas tão adversas, enquanto a concentração de terras férteis intensifica a expansão das áreas em processo de degradação. Diante disso, muitos agricultores e pecuaristas acabam recorrendo a terras já fragilizadas e exauridas como única alternativa para garantir sua subsistência. A gravidade da situação no Sahel, no início da década de 1970, motivou um expressivo aumento dos fluxos de ajuda internacional, estimulou iniciativas de cooperação voltadas ao combate à desertificação e levou à convocação de uma

conferência internacional destinada à elaboração de um plano de ação (Hare *et al.*, 1992:14). Nesse cenário, os pastores figuram entre os grupos mais afetados, pois suas comunidades foram severamente atingidas pelas secas. A escassez de forragem e água provocou a migração precoce de seus rebanhos para outras regiões, tanto dentro de seus próprios países quanto em territórios vizinhos. Essa mobilidade forçada agrava conflitos relacionados ao uso da terra e da água, que se desdobram em disputas por acesso, controle e direitos de passagem.

Cartograma 3. Sistemas de Subsistência do Saara-Sahel



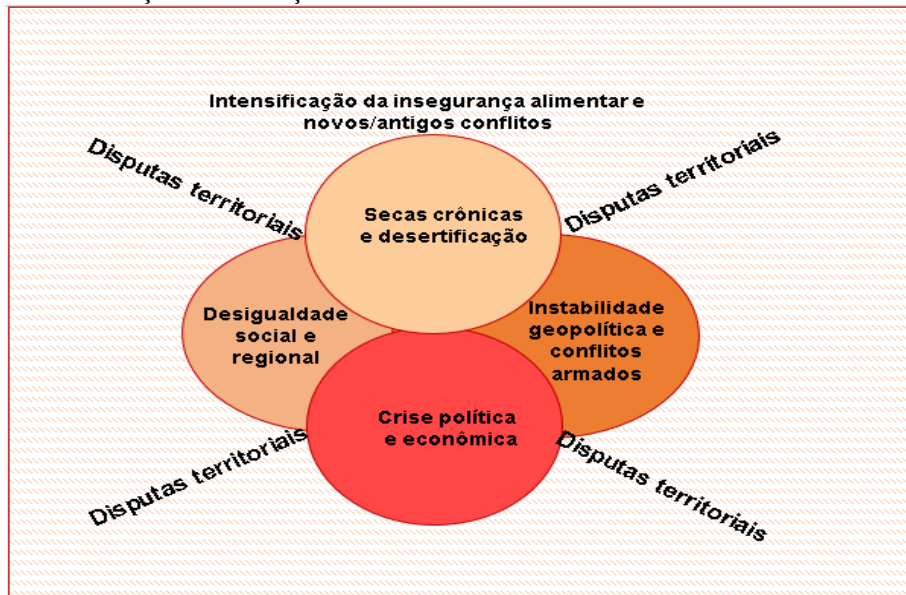
Fonte: Sahel and West Africa Club / OECD, 2010 e CILSS; FAO; FEWSNET; SWAC/OECD.
Adaptação própria, 2019.

A expansão das terras agrícolas, embora concebida como estratégia para reduzir a insegurança alimentar, acabou intensificando as disputas por terras e recursos naturais (Monié, 2023). Antes da consolidação dos Estados nacionais, a convivência entre pastores e agricultores era relativamente pacífica. A relação entre nômades e sedentários baseava-se em interações de subsistência entre os principais grupos pastoris, como Fulbes e Tuaregues, e os agricultores sedentários, organizados em uma divisão espacial que separava o norte pastoril do sul agrícola. Os Fulbes tradicionalmente criam gado, cabras e ovelhas em países como Senegal, Mali, Níger, Chade e Camarões, enquanto os Tuaregues se dedicam sobretudo à criação de camelos, cabras e ovelhas nas áreas sahelianas. Contudo, a redução das áreas destinadas à pecuária, provocada pelo avanço das terras de cultivo, deteriorou profundamente essa coexistência. Hoje, os

confrontos entre esses grupos tornaram-se cada vez mais frequentes (Moritz, 2010), como resultado direto da crescente pressão sobre recursos já escassos.

No Mali, esse processo alimentou o ressentimento tuaregue em relação ao governo central e às populações do sul, especialmente as de Bamaco. Lecocq (2010) observa que as rebeliões malinesas foram diretamente influenciadas pelas secas severas das décadas de 1970 e 1980, que devastaram tanto as atividades nômades quanto as agrícolas no norte do país. Essa articulação entre pressões ambientais, perda de meios de vida e instabilidade política revela um panorama sistêmico no qual crises climáticas, disputas territoriais e conflitos armados se retroalimentam continuamente — dinâmica representada no esquema imagético apresentado a seguir.

Ilustração 2. A relação sistêmica entre as crises e conflitos no Sahel



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Moritz (2010) observa que as medidas adotadas para prevenir conflitos entre agricultores e pecuaristas têm sido ineficazes, sobretudo porque ignoram que as políticas públicas historicamente favoreceram os agricultores, deixando de enfrentar de forma adequada as ameaças à subsistência das atividades pastorilistas em um contexto de secas prolongadas. No Sahel, durante a estação seca, deslocar o gado para áreas agrícolas torna-se, muitas vezes, a única alternativa para garantir a sobrevivência dos animais, ainda que isso implique a destruição de plantações. Além disso, o contato crescente entre terras agrícolas e pastagens resulta da expansão agrícola, que demanda áreas cada vez maiores devido à baixa produtividade, não havendo evidências de aumento significativo no número de animais nas



comunidades locais. Mortimore e Adams (2001) destacam que as secas ocorridas entre 1972 e 1974 desencadearam uma crise multidimensional no Sahel, marcada pela interação de cinco fatores: a própria seca, a insuficiência na oferta de alimentos, o manejo inadequado da pecuária, a degradação ambiental e as limitações das atividades familiares de subsistência. Esses elementos se reforçam mutuamente, aprofundando a desertificação e agravando a escassez de alimentos, a desnutrição e o subdesenvolvimento regional. Os países situados no núcleo do Sahel, Burkina Faso, Mali, Níger e Mauritânia, ilustram de forma clara essa dinâmica. A combinação entre secas recorrentes, processos acelerados de desertificação e elevada vulnerabilidade socioeconômica faz com que esses territórios vivenciem, de maneira intensa, a sobreposição entre estresses ambientais, insegurança alimentar e disputas territoriais, configurando um cenário persistente e complexo de fragilidade estrutural.

CONCLUSÃO

As crises de insegurança alimentar e hídrica no Sahel são frequentemente interpretadas de forma simplista, como se decorressem exclusivamente de fenômenos climáticos. No entanto, uma análise mais profunda revela que tais crises só podem ser compreendidas quando articuladas a fatores estruturais, políticos, econômicos e sociais que historicamente moldam a vulnerabilidade desses países. O clima é um elemento central, mas não atua isoladamente: ele interage com desigualdades persistentes, fragilidades institucionais, má gestão territorial e sistemas produtivos incapazes de responder à crescente pressão sobre os recursos. Os conflitos armados agravam ainda mais esse quadro, ao gerar perdas ecológicas e desorganizar profundamente o tecido social. A desertificação, simultaneamente causa e consequência dessas tensões, compromete a capacidade das comunidades de manter seus modos de vida, provocando rupturas familiares, abandono de terras produtivas e crescente dependência de ajuda humanitária. Os campos destinados aos deslocados, muitas vezes comparáveis a espaços de confinamento, evidenciam a dimensão humana e social dessas crises, marcadas pela perda de autonomia e pela limitação da liberdade.

Os movimentos populacionais também pressionam os ecossistemas que recebem refugiados e migrantes internos. Em regiões ecologicamente frágeis, o aumento da densidade demográfica intensifica a demanda por água, lenha, alimentos e terras cultiváveis, aprofundando a degradação ambiental e os ciclos de escassez. Assim, o impacto não se encerra na rota do deslocamento: ele se dissemina, multiplicando vulnerabilidades. Nesse contexto, a intensificação dos conflitos territoriais entre agricultores e pastores decorre diretamente da



escassez de terras e recursos. Como observa Blench (1996), a urbanização eleva a demanda por alimentos e carne, estimulando a expansão das áreas agrícolas e dos rebanhos. Contudo, as pastagens sahelianas são extremamente sensíveis à pressão de pastejo, tornando inevitáveis os efeitos ambientais e sociais dessa competição. Os conflitos, portanto, não emergem apenas da hostilidade entre grupos, mas da erosão lenta e contínua das condições que sustentam seus modos de vida. A insegurança alimentar crônica, nesse cenário, está intrinsecamente ligada às desigualdades econômicas, às exclusões étnicas, às violações de direitos humanos, às disputas políticas e à má distribuição de terras. Trata-se de um fenômeno sistêmico, no qual cada dimensão reforça as demais, perpetuando um ciclo de fragilidade.

Diante desse quadro, qualquer tentativa de enfrentar ou mitigar as crises humanitárias, hídricas e territoriais do Sahel deve evitar análises reducionistas. A região enfrenta um conjunto de problemas profundamente entrelaçados, que se retroalimentam e não podem ser compreendidos de forma isolada. Combater a desertificação, por exemplo, exige reconhecer sua relação direta com o subdesenvolvimento, a instabilidade política, as desigualdades sociais e a pobreza estrutural. Da mesma forma, compreender as dinâmicas políticas e sociais requer considerar o papel dos desastres ambientais e da escassez de recursos. O Sahel não vive apenas uma crise climática, nem apenas uma crise econômica, política ou territorial: vive a combinação explosiva de todas elas. A desertificação intensifica vulnerabilidades preexistentes e, simultaneamente, é intensificada por elas, configurando um ciclo complexo que desafia soluções simplistas. Somente uma abordagem integrada, capaz de reconhecer a interdependência entre ambiente, sociedade, economia e política, pode oferecer caminhos concretos para construir estabilidade e resiliência em uma das regiões mais frágeis do mundo.

REFERÊNCIAS

AYANTUNDE, A.; WILLIAMS, T O.; UDO, H; FERNÁNDEZ-RIVERA, S; HIERNAUX, P; VAN KEULEN, H. Herders' perception, practice, and problems of night grazing in the Sahel. **Human Ecology**, v. 28, n. 1, p. 109-130, 2000.

AUBRÉVILLE, A. **Climats: forêts et désertification de l'Afrique tropicale**. Paris: Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1949.

BLENCH, R. **Resource conflict in semi-arid Africa: an essay with an annotated bibliography**. ODI Working Paper. London: Overseas Development Institute, 1998.

PAN-BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca**. Brasília, DF: MMA, 2004.

DANJIBO, N. The Aftermath of the Arab Spring and Its Implication for Peace and Development in the Sahel and Sub-Saharan Africa. **Strategic Review for Southern Africa**, v. 35, n. 2, p. 16–34, 2013.



FERREIRA, N. J. *et al.* **A desertificação no Nordeste do Brasil: diagnóstico e perspectiva.** Teresina: Núcleo de Desertificação da UFPI, 1994.

GALLOPIN, G. Linkages between vulnerability, resilience, and adaptive capacity. **Global Environmental Change**, v. 16, p. 293–303, 2006.

HARE, F. K.; WARREN, A.; MAIZELS, J. K.; KATES, R. W.; JOHNSON, D. L.; HARING, K.; JOHNSON-GARDUÑO, M. A. **Desertificação: causas e consequências.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

LECOCQ, B. **Disputed Desert: Decolonization, Competing Nationalisms and Tuareg Rebellions in Northern Mali.** Leiden: Brill, 2010.

LUNARDON, J. **Conflitos armados contemporâneos na África Negra e suas causas ambientais.** Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais). Porto Alegre: UFRGS, 2010.

KLARE, M. **Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict.** New York: Owl Books/Henry Holt and Company, 2002.

MATALLO, H Jr. **Indicadores de Desertificação: histórico e perspectivas.** Brasília: UNESCO, 2001.

MONIÉ, F. A África subsaariana diante das mudanças climáticas: perspectivas e desafios. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 1, p. 6–15, jan.–mar. 2022.

MONIÉ, F. Riscos e vulnerabilidades na África subsaariana. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 8, p. 1–8, out.–dez. 2023.

MONIÉ, F.; GUAMBE, J. África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central. AZEVEDO, D. A. de; NOGUEIRA, R. **Geografia política: base conceitual e diversidade temática.** Brasília: Calendria, 2023. p. 368-395. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/46995>

MORITZ, M. Understanding Herder-Farmer Conflicts in West Africa: Outline of a Processual Approach. **Human Organization**, v. 69, n. 2, p. 138–148, 2010.

MORTIMORE, Michael; ADAMS, William. Farmer adaptation, change and “crisis” in the Sahel. **Global Environmental Change**, v. 11, n. 1, p. 49–57, 2001.

RAMONET, I. **Guerras do Século XXI.** Porto: Campo das Letras, 2002.

SAADI, A. Os Sertões que viram Deserto. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo**, v. 25, n. 1, p. 10–17, 2000.

SAMPAIO, E V. S. B.; ARAÚJO, M do S D. Desertificação no Nordeste do Brasil. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO**, 30., Recife. Anais... Recife: 2005.

SILVA, V. **A Questão Tuaregue no Norte do Mali e a Formação do Sistema de Crises e Conflitos do Sahel (África Ocidental).** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023

TSCHAKERT, P. Views from the vulnerable: Understanding climatic and other stressors in the Sahel. **Global Environmental Change**, v. 17, p. 381–396, 2007.